

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2005

À
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.
Belo Horizonte - MG

Atenção do Sr. Fábio Stewson de Souza

Prezados Senhores:

Como parte integrante dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras da Ferrovia Centro Atlântica S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004, obtivemos um entendimento geral dos controles internos na extensão julgada por nós necessária para determinar a natureza, planejamento e escopo de nossos procedimentos de auditoria.

Como resultado destes trabalhos, observamos alguns pontos relativos a procedimentos contábeis e administrativos, os quais, no nosso entendimento, deveriam ser objeto de revisão e atenção das demonstrações financeiras para o próximo exercício.

Apresentamos nossas recomendações associadas aos pontos observados para apreciação e uso restrito de V.Sas..

Enfatizamos que esse relatório destina-se exclusivamente para uso interno dos administradores não devendo ser utilizado para outras finalidades, nem ser distribuídos à terceiros.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente,
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes


Walmir Bolgheroni
Sócio

ÍNDICE

PONTOS RELACIONADOS A ASSUNTOS CONTÁBEIS E DE CONTROLES INTERNOS

1. PENDÊNCIAS BANCÁRIAS	3
2. CONTAS BANCÁRIAS COM POUCA MOVIMENTAÇÃO	3
3. SALDO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA SEM DOCUMENTAÇÃO SUPORTE.....	4
4. INVENTÁRIO FÍSICO DE ALMOXARIFADO	5
5. CLASSIFICAÇÃO INDEVIDA DA PROVISÃO PARA PERDA DE ESTOQUES	5
6. IMOBILIZAÇÃO DE ITENS DE ESTOQUE	6
7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES SEM MOVIMENTAÇÃO	6
8. FALTA DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÃO PARA PERDA SOBRE ADIANTAMENTO A FORNECEDOR EM ABERTO	7
9. ADIANTAMENTOS EM ABERTO DEVIDO A FALTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	8
10. IMPOSTOS A RECUPERAR SEM MOVIMENTAÇÃO	8
11. AUSÊNCIA DE PLACAS DE PATRIMÔNIO E INVENTÁRIO FÍSICO DO ATIVO IMOBILIZADO	9
12. IMOBILIZADO EM ANDAMENTO SEM MOVIMENTAÇÃO.....	10
13. TRANSFERÊNCIAS DE OBRAS EM ANDAMENTO PARA CONTAS DEFINITIVAS DO ATIVO IMOBILIZADO SEM DOCUMENTAÇÃO SUPORTE.....	10
14. POSSIBILIDADES DE APRIMORAMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLES INTERNOS DO ATIVO IMOBILIZADO	11
15. CLASSIFICAÇÃO DAS COMPRAS PARA IMOBILIZAÇÃO E CUSTEIO	12
16. DIGITAÇÃO DAS TAXAS DE DEPRECIAÇÃO.....	12
17. IMPOSTOS A RECOLHER PENDENTES DE CONCILIAÇÃO	13
18. FALTA DE CONCILIAÇÃO DA CONTA TRANSITÓRIA EM / EF	14
19. OPORTUNIDADE DO RECONHECIMENTO DAS RECEITAS	14

PONTOS RELACIONADOS A ASSUNTOS DE CONTROLES DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS

20. PLANEJAMENTO PARA A CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS	15
21. PARÂMETRO DE SENHA DE REDE EM DESACORDO COM A POLÍTICA DE SEGURANÇA.....	17
22. EXISTÊNCIA DE USUÁRIOS AFASTADOS COM DIREITOS DE ACESSO AO SAP R/3.....	18

PONTOS RELACIONADOS A ASSUNTOS CONTÁBEIS E DE CONTROLES INTERNOS

1. PENDÊNCIAS BANCÁRIAS

Comentários

Identificamos um significativo volume de pendências nas conciliações bancárias que, segundo informações, em sua maioria são decorrentes de recebimentos não identificados de clientes.

Adicionalmente, identificamos, em 31 de dezembro de 2004, cinco contas contábeis no passivo circulante, cujos saldos montam aproximadamente R\$ 1.015 mil, e que são compostos apenas de pendências bancárias não conciliadas.

Salientamos que as pendências bancárias identificadas e não solucionadas das conciliações bancárias podem acarretar em incertezas nas demonstrações contábeis, além de possibilitar a ocorrência de distorções dos resultados mensais. Os montantes não são materiais para fins de qualificação do parecer de auditoria.

Recomendações

Recomendamos que a Companhia concilie todas as contas correntes bancárias a fim de identificar todos os ajustes e reclassificações contábeis pertinentes, além de buscar fortalecer os procedimentos de controles internos realizados sobre os saldos de bancos, de forma a minimizar a ocorrência de transações não identificadas.

Comentários da Gerência

Os saldos das contas pendentes, de R\$ 1.015 mil serão regularizados contabilmente em dezembro de 2005. O saldo remanescente das conciliações bancárias não é relevante no contexto das demonstrações contábeis da FCA e estão sendo objeto de análise.

2. CONTAS BANCÁRIAS COM POUCA MOVIMENTAÇÃO

Comentários

Através da análise da conta de disponibilidades da Companhia em 31 de dezembro de 2004, identificamos contas bancárias que não foram movimentadas durante o ano de 2004. Como exemplo, citamos:

<u>Instituição</u>	<u>Conta</u>	<u>31.12.2004</u> R\$	<u>31.12.2003</u> R\$
Bradesco	26.355-9	35	35
Bradesco	30.054-3	3.065	3.065
BBA	25.760-8	215	215
BBVA	2345	<u>104</u>	<u>104</u>
		<u>3.419</u>	<u>3.419</u>

Salientamos que a manutenção de contas bancárias sem movimentação pode resultar na necessidade de realização de procedimentos de controles para saldos irrelevantes das demonstrações financeiras.

Recomendações

Recomendamos que a Companhia avalie a possibilidade de encerrar as contas correntes sem movimentação, maximizando a utilização do trabalho do pessoal envolvido no controle dos saldos de contas correntes bancárias.

Comentários da Gerência

As solicitações de encerramento das contas bancárias paralisadas foram formalizadas junto às instituições financeiras.

3. SALDO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA SEM DOCUMENTAÇÃO SUPORTE

Comentários

A Companhia possui registrado, em 31 de dezembro de 2004, R\$ 10 mil em aplicação financeira do Banco Safra S.A. Entretanto, não nos foi apresentado o extrato bancário ou outro documento que suporte a existência do referido ativo. O montante não é material para fins de qualificação do parecer de auditoria.

Recomendações

Recomendamos que a Companhia obtenha a documentação suporte que assegure a existência da referida aplicação financeira, além de proceder com os respectivos ajustes contábeis, caso necessário.

Comentários da Gerência

Com a obtenção dos extratos, serão regularizadas, em dezembro de 2005, as pendências financeiras no Banco Safra.

4. INVENTÁRIO FÍSICO DE ALMOXARIFADO

Comentários

Durante os procedimentos de acompanhamento de contagem física de alguns itens relevantes de estoque, identificamos alguns pontos que mereceriam ser aprimorados:

- a) Durante as contagens, pudemos verificar que algumas embalagens de itens de estoques estavam em estado precário (rasgadas), o que dificultava a movimentação das mesmas;
- b) Verificamos que a Companhia sofre com a falta de espaço físico para acomodar os itens de estoque. Muitas vezes os estoques estavam alocados em galpões de lonas, cujos tetos e paredes estavam rasgados, podendo assim, os produtos virem a ser danificado pelo mau tempo; e
- c) Alguns itens a serem contados estavam localizados em áreas de difícil acesso, uma vez que o chão dos galpões estava repletos de materiais, o que impedia o acesso das empilhadeiras.

Recomendações

Recomendamos que a Companhia envide esforços com o objetivo de melhor organizar a disposição dos itens em estoque, bem como verificar as condições das instalações onde esses itens são armazenados, de forma a minimizar a possibilidade de ocorrência de perdas no almoxarifado. Recomendamos, ainda, que a Companhia procure programar a realização do inventário físico em uma época que possibilite que todos os ajustes identificados na contagem física dos estoques possam ser refletidos nas demonstrações financeiras levantadas ao final de cada exercício.

Comentários da Gerência

A FCA já realizou investimentos em obras para adequação do espaço físico dos almoxarifados. Foi contratada uma empresa especializada para realizar o inventário físico de todos os almoxarifados cujo prazo de encerramento está previsto para janeiro de 2006.

5. CLASSIFICAÇÃO INDEVIDA DA PROVISÃO PARA PERDA DE ESTOQUES

Comentários

A Companhia classifica a provisão para perda de estoque circulante e de estoque de inversões fixas somente no ativo circulante. Entendemos que a provisão para perda dos estoques deveria ser segregada nos grupos de conta em que estão classificados os itens que deram origem à provisão.

Recomendações

Recomendamos que a provisão para perda dos estoques seja segregada entre ativo circulante e imobilizado, de forma a melhor refletir as demonstrações financeiras da Companhia.

Comentários da Gerência

As perdas dos itens de estoque do ativo imobilizado são irrelevantes, por isso não constituímos provisão.

6. IMOBILIZAÇÃO DE ITENS DE ESTOQUE

Comentários

É prática da Companhia classificar como estoque no ativo circulante certos materiais que são utilizados para manutenção e conservação de itens do ativo imobilizado. Esses materiais são reclassificados para o ativo imobilizado somente no momento de sua utilização. Identificamos que no período compreendido entre outubro e dezembro de 2004 foi transferido do estoque circulante para o ativo imobilizado o montante de R\$ 2.207 mil.

Recomendações

Recomendamos que a Companhia realize um levantamento dos itens em estoque que serão aplicados no ativo imobilizado e reclassifique esses estoques do ativo circulante para o ativo imobilizado. Os montantes envolvidos não são materiais o suficiente para qualificar o parecer de auditoria.

Comentários da Gerência

A Companhia entende estar correta na classificação contábil, pois os materiais utilizados no imobilizado já estão classificados no ativo permanente e os outros possíveis de imobilização, somente são definidos quando da sua aplicação.

7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES SEM MOVIMENTAÇÃO

Comentários

Do saldo de adiantamentos a fornecedores existente em 31 de dezembro de 2004, identificamos R\$ 1.577 mil não foram movimentados nos últimos 180 dias.

Recomendações

Recomendamos que a Companhia avalie as perspectivas de realização dos adiantamentos a fornecedores e constitua provisão para perda sobre os valores considerados de difícil realização. Além disso, recomendamos que a Companhia reveja os procedimentos de controles atualmente adotados para a transferência de informações entre os departamentos de comércio exterior, financeiro e a contábil com relação aos adiantamentos a fornecedores, de forma a minimizar a ocorrência de adiantamentos a fornecedores pendentes de acerto há muito tempo. Os montantes não são materiais para fins de qualificação do parecer de auditoria.

Comentários da Gerência

Os adiantamentos foram regularizados em 2005.

8. FALTA DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÃO PARA PERDA SOBRE ADIANTAMENTO A FORNECEDOR EM ABERTO

Comentários

Identificamos a existência de R\$ 1.094 mil em adiantamentos realizados a prestadores de serviços de água e telefone que, conforme informações, referem-se a despesas incorridas e já pagas que, entretanto, os respectivos documentos não foram enviados pelas áreas responsáveis e, conseqüentemente, não foram registradas no resultado. O montante não é material para fins de auditoria.

Recomendações

Recomendamos que a Companhia reveja os procedimentos de controles realizados sobre os valores pagos de água e telefone, de forma a evitar a ocorrência de assuntos conforme o citado acima, que é a realização de pagamentos a fornecedores sem que a respectiva documentação não tenha sido recebida.

Comentários da Gerência

A constituição da provisão não é necessária porque não há perdas nos recebimentos conforme relatado no item 7.

9. ADIANTAMENTOS EM ABERTO DEVIDO A FALTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Comentários

Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia tinha registrado R\$ 374 mil em adiantamentos de viagens, R\$ 37 mil em adiantamentos para gastos, R\$ 325 mil em adiantamentos para custas e R\$ 961 mil em adiantamentos a despachantes que, conforme informações, estão pendentes de regularização devido à falta de prestações de contas em bases freqüentes. Os montantes não são materiais para fins de auditoria.

Recomendações

Recomendamos que a Companhia avalie os procedimentos de controles internos realizados sobre os adiantamentos mencionados acima, de forma a minimizar a existência de valores significativos pendentes de acerto. Recomendamos, ainda, que a Companhia realize levantamento sobre os valores atualmente em aberto e registre no resultado os adiantamentos relativos a despesas já incorridas.

Comentários da Gerência

Com a implantação das células integradas, as tarefas executadas pela área de contas a pagar serão redistribuídas, com isso os processos serão mais ágeis, evitando a falta do registro da prestação de contas.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR SEM MOVIMENTAÇÃO

Comentários

Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia possui R\$ 2.552 mil em impostos a recuperar que não têm sido movimentados em bases recorrentes. O principal saldo de imposto a recuperar é o INSS retido sobre a folha de pagamento, no montante de R\$ 1.581 mil, que pode ser compensado a qualquer momento, mas está pendente de realização desde 2003.

Recomendações

Recomendamos que a Companhia concilie os saldos de impostos a recuperar que não estão sendo movimentados, objetivando realizá-los no curso normal de suas operações e, caso seja concluído pela impossibilidade de realização desses créditos, deve ser constituída provisão para perda sobre esses ativos.

Comentários da Gerência

Foram regularizadas as pendências dos impostos a recuperar no valor de R\$ 530 mil no decorrer do ano de 2005, exceto o INSS. Até o final do 1º trimestre de 2006 será solucionada essa pendência, pois será necessário saber o valor compensado e se este foi devidamente informado nas GFIP dos respectivos períodos. Provavelmente haverá necessidade de retificação de alguma GFIP entregue para que possamos então efetuar a compensação ou solicitar restituição junto ao INSS. Além disso, a existência deste saldo credor junto ao INSS poderá ser um impeditivo para a obtenção de certidões negativas junto ao órgão.

11. AUSÊNCIA DE PLACAS DE PATRIMÔNIO E INVENTÁRIO FÍSICO DO ATIVO IMOBILIZADO

Comentários

Em nossos exames do ativo imobilizado, constatamos a falta de identificação específica dos bens que compõem este grupo de contas. Paralelamente, identificamos que nunca foi realizado pela Companhia um inventário físico geral dos bens do ativo imobilizado.

Salientamos que a falta dos controles citados acima dificulta a identificação de itens obsoletos, não existentes fisicamente ou com utilização indevida, bem como expõe a Companhia a contingências fiscais pela eventual glosa da despesa de depreciação registrada no resultado. Além disso, a falta de controles adequados torna difícil a identificação dos bens para a realização de baixas e transferências de imobilizado.

Recomendações

Visando fortalecer os procedimentos de controles internos sobre o ativo imobilizado, recomendamos a realização de inventários físicos periódicos do ativo imobilizado, bem como identificação física através de controle numérico (chapeamento), de forma a facilitar o registro contábil de eventuais movimentações nesses bens.

Comentários da Gerência

Com a finalização do inventário físico dos bens patrimoniais previsto para janeiro de 2006, os procedimentos de controle serão implantados.

12. IMOBILIZADO EM ANDAMENTO SEM MOVIMENTAÇÃO

Comentários

Identificamos, através da composição do imobilizado em andamento, que do saldo total de R\$ 97.316 mil, R\$ 2.017 mil estão sem movimentação desde 2001, enquanto R\$ 16.196 mil não foram movimentados desde 2003. Conforme informações, o principal motivo da existência desses valores sem movimentação é a falta de adequadas políticas de troca de informações entre os departamentos de contabilidade.

A falta de transferência de imobilizado em andamento para as devidas rubricas de imobilizado operacional implica em uma superavaliação do ativo imobilizado, uma vez que a despesa de depreciação é determinada em montante inferior ao montante que realmente deveria ser registrado.

Recomendações

Recomendamos que a Companhia analise a composição do saldo de imobilizações em andamento e reclassifique para o imobilizado operacional os gastos relativos a obras que já tiverem sido concluídas ou ajuste para a demonstração do resultado os gastos realizados para os quais não haja perspectiva de utilização e de geração de benefícios para a Companhia.

Comentários da Gerência

Foram solucionadas, em 2005, 95% das pendências apontadas. Até o final do 1º trimestre de 2006 o restante será regularizado.

13. TRANSFERÊNCIAS DE OBRAS EM ANDAMENTO PARA CONTAS DEFINITIVAS DO ATIVO IMOBILIZADO SEM DOCUMENTAÇÃO SUPORTE

Comentários

Em nossos trabalhos identificamos algumas deficiências relacionadas às transferências de imobilizado em andamento para imobilizado operacional como segue:

As transferências de obras em andamento para as contas definitivas do ativo imobilizado não são suportadas por documentação formal para efeito de registros contábeis; e

- Não identificamos a existência de normas específicas sobre a formalização da comunicação entre as áreas técnicas / operacionais e o departamento de controle do ativo imobilizado.

Recomendações

Recomendamos que seja elaborada norma específica sobre as transferências de ativo imobilizado, orientando a área técnica sobre a necessidade e importância de uma comunicação efetiva, formal e ágil como o setor de controle patrimonial, de forma a fortalecer os procedimentos de controles internos exercidos sobre o ativo imobilizado.

Comentários da Gerência

Em relação à capitalização, adotamos procedimentos de enviar para os gestores e responsáveis, relatórios da posição das obras em andamento, visando obter informações definitivas que possibilitem as incorporações.

14. POSSIBILIDADES DE APRIMORAMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLES INTERNOS DO ATIVO IMOBILIZADO

Comentários

Nos trabalhos de levantamento dos procedimentos de controles internos do ativo imobilizado, identificamos os seguintes procedimentos que podem ser aprimorados:

- O responsável do sistema de patrimônio, confere a requisição com o orçamento, classifica o bem e ainda é o responsável pela geração do número de patrimônio, inexistindo, dessa forma, a segregação de funções nessas atividades; e
- Inexistência de procedimento de conferência dos dados imputados no sistema aplicativo, por profissional independente.

Ressaltamos que fatos como esses revelam certa fraqueza nos procedimentos de controles internos exercidos sobre o ativo imobilizado da Companhia que, atualmente, é o principal grupo de contas do balanço patrimonial.

Recomendações

Objetivando o aprimoramento dos procedimentos de controles internos, sugerimos a implementação de política de segregação de funções sobre as atividades de registro do ativo imobilizado, além de atividade de monitoramento por profissional independente dos dados incluídos no sistema aplicativo do imobilizado.

Comentário da Gerência

A Gerência responsável entende que os procedimentos adotados atualmente permitem o controle efetivo do ativo imobilizado.

15. CLASSIFICAÇÃO DAS COMPRAS PARA IMOBILIZAÇÃO E CUSTEIO

Comentários

A compra de ativo imobilizado só é efetivada mediante o número de identificação gerado pela Contabilidade. Contudo, se a área requisitante solicitar a compra de um item que deveria ser classificado como imobilizado, mas for classificado na requisição de compra como custeio, a contabilidade não terá controle sobre o bem e este será classificado diretamente como despesa mesmo sendo um item do ativo imobilizado.

Recomendações

Recomendamos que seja revisto o processo de classificação das compras, objetivando um melhor controle, uma vez que erros podem ocasionar classificações equivocadas no resultado da Companhia e na apresentação de suas demonstrações financeiras.

Comentário da Gerência

Com a implantação das células integradas a partir de dezembro de 2005, os processos de classificação das compras deverão ser classificados corretamente.

16. DIGITAÇÃO DAS TAXAS DE DEPRECIAÇÃO

Comentários

O sistema aplicativo possui em sua base a tabela de natureza que determina as taxas de depreciação a serem utilizadas. Entretanto, a definição do grupo de contas do imobilizado adquirido é realizada pelo Sr. Eduardo manualmente e não sofre a conferência por pessoa independente do processo. Além disso, verificamos que há permissão para que todos os profissionais da contabilidade possam realizar alterações nas taxas de depreciação dos bens do imobilizado.

Recomendações

Visando aprimorar os procedimentos de controles internos realizados no ativo imobilizado, recomendamos (i) a criação de rotina de conferência dos registros realizados no ativo imobilizado e (ii) controle, pelo setor de informática, dos acessos dos profissionais quanto à realização de alterações das taxas de depreciação.

Comentário da Gerência

As taxas estão parametrizadas no sistema quando da incorporação do bem. Alterações que possam surgir só são possíveis pelos profissionais da contabilidade com registro de sua chave de acesso e com autorização do gerente de controle contábil. Na aquisição de novos itens a Gerência responsável é informada e autoriza a implementação da taxa a ser utilizada.

17. IMPOSTOS A RECOLHER PENDENTES DE CONCILIAÇÃO

Comentários

Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia possuía saldos devedores no passivo de R\$ 348 mil, R\$ 185 mil e R\$ 163 mil referentes, respectivamente, a ICMS, PIS e COFINS a recolher. Fomos informados que a ocorrência desse fato está relacionada à falta de emissão de notas fiscais de entrada na importação de certos materiais.

Salientamos que a falta de emissão das notas fiscais de entrada tem feito com que a Companhia recolha ICMS, PIS e COFINS sem necessidade, já que a emissão dessas notas fiscais gerará créditos tributários para a Companhia que poderão ser compensados com os débitos gerados nas operações normais da Companhia.

Recomendações

Recomendamos que seja realizado pelo departamento de importação o encerramento dos processos de importação já concluídos, de forma a apurar os respectivos créditos tributários a que a Companhia tem direito, evitando o descaixa desnecessário de caixa. Recomendamos, ainda, que sejam revistos os procedimentos de controles internos na transferência de informações entre a contabilidade e o departamento de comércio exterior, de forma a minimizar a ocorrência de fatos como os citados acima.

Comentário da Gerência

As pendências acima citadas foram regularizadas em 2005.

18. FALTA DE CONCILIAÇÃO DA CONTA TRANSITÓRIA EM / EF

Comentários

A Companhia adota como procedimento de controle a contabilização da “entrada física” de materiais e serviços e a “entrada fiscal” em uma conta contábil do grupo de fornecedores chamada EM / EF (Entrada de Materiais / Entrada Fiscal), sendo que, caso esta conta apresente saldo, devedor ou credor, indicará que um dos lançamentos não foi efetuado, ou seja, a entrada física ou a entrada fiscal do material / serviço não ocorreu como deveria. O saldo dessa conta, em 31 de dezembro de 2004, é credor em R\$ 4.595 mil.

Recomendações

Recomendamos que a Companhia passe a conciliar com maior tempestividade a referida conta contábil. Os montantes não são materiais o suficiente para qualificar o parecer de auditora.

Comentários da Gerência

Foi desenvolvido um relatório de acompanhamento das pendências que, mensalmente, é encaminhado para os responsáveis pelos lançamentos no sistema SAP para regularização. A área de gestão econômica atua junto aos responsáveis para o cumprimento dos prazos para regularização das pendências.

19. OPORTUNIDADE DO RECONHECIMENTO DAS RECEITAS

Comentários

O reconhecimento das receitas deve ser feito no momento em que cessa a responsabilidade da Companhia sobre os itens transportados, geralmente no ato de sua entrega no destino, o que caracteriza a finalização da execução do serviço. Esse reconhecimento deveria ser alinhado com as condições de negociação com os clientes, podendo ser, geralmente, FOB ou CIF.

Atualmente, o reconhecimento de receitas tem sido feito por ocasião do faturamento.

Recomendações

Recomendamos que a Companhia reavalie os procedimentos atualmente adotados para o registro de receitas ao final dos meses, a fim de que as receitas sejam registradas somente para os serviços em que a responsabilidade da Companhia tenha cessado.

Comentários da Gerência

A Companhia entende que o registro contábil está de acordo com os princípios e normas contábeis, pois o faturamento é definido em cláusula contratual, ou seja, os registros das receitas acontecem após anuência e aceite dos clientes. Ressaltamos que os valores envolvidos não são relevantes, ocorrendo apenas para os transportes realizados no final do mês e considerando que o prazo médio de recebimento é de sete dias.

PONTOS RELACIONADOS A ASSUNTOS DE CONTROLES DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS

20. PLANEJAMENTO PARA A CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

Comentários

Identificamos que a Companhia não dispõe de um Plano de Contingências formalmente estabelecido e responsável por contemplar os procedimentos a serem seguidos em caso de paradas excepcionais das suas atividades de processamento de dados ou no caso de eventuais sinistros que impossibilitem a continuidade das operações.

Verificamos que o Departamento de Informática, em trabalho conjunto com a empresa EDS, iniciou a avaliação para o desenvolvimento de um Plano de Recuperação de Desastre (Disaster Recovery Plan), cujo objetivo seria a definição de responsabilidades e ações a serem executadas na eventualidade de ocorrência de um sinistro nas instalações do Centro de Processamento de Dados. O Plano de Recuperação de Desastres, contudo, ainda não foi desenvolvido e não há previsão de retomada sobre a avaliação para seu desenvolvimento.

Adicionalmente, verificamos que a Companhia não apresenta Políticas e / ou Normas formalmente definidas orientando e disciplinando funções e responsabilidades pela execução e administração de cópias de segurança (backups) para dados e aplicações da Companhia. Tais funções são atualmente desempenhadas por fornecedor terceirizado, sem que existam Políticas e / ou Normas corporativas estabelecidas com o fim de fundamentar os procedimentos adotados.

Riscos

- Paralisação das atividades de negócio devido à indisponibilidade de recursos essenciais para processamento.
- Impossibilidade de sustentar operações, prover produtos ou serviços essenciais, ou recuperar custos operacionais decorrentes de uma parada não programada.

Recomendações

Elaborar uma estratégia integrada (contemplando todos os recursos de TI da Companhia e envolvendo todas as áreas de negócios que utilizam estes recursos) e de um plano formal correspondente para a continuidade dos negócios da Companhia. Este plano deve considerar, dentre outros aspectos:

- Avaliação de riscos, com a definição dos recursos críticos e que considere os impactos nos negócios;
- Dependência de terceiros;
- Localidades-chave de processamento informatizado;
- Sistemas aplicativos e requisitos de usuários para processos críticos de negócios;
- Atividades do usuário-final para processos operacionais críticos;
- Alternativas para as estruturas de telecomunicações e redes;
- Alternativas para as estruturas de bancos de dados-chave, armazenamento de informações, etc.;
- Capital humano, incluindo a segurança pessoal de funcionários e outros.

Dentre as etapas que devem ser executadas na elaboração deste plano encontram-se:

- Coleta, consolidação e estruturação de informações sobre o ambiente de processamento informatizado;
- Análise do risco associado ao negócio e a cada recurso ou grupo de recursos de TI;
- Desenvolvimento de estratégias para restauração do processamento em níveis considerados razoáveis para a administração;
- Consolidação das estratégias desenvolvidas e documentação através de um plano formal;
- Teste do plano elaborado e análise dos resultados do teste;
- Aprovação do plano, em seu formato final, pela Administração;
- Divulgação do referido plano a todos os funcionários.

Quando elaborado este plano deve ser capaz de direcionar determinadas ações através de um:

- Plano de Prevenção - medidas que visam minimizar o risco da ocorrência de um desastre. Ex.: teste e manutenção oportunos de dispositivos de detecção e combate a incêndio;
- Plano de Contingência - medidas a serem adotadas no momento da ocorrência do desastre. Ex.: acionamento do corpo de bombeiros e das pessoas-chave da empresa responsáveis por providenciar outras etapas do plano, como as referentes ao plano de restauração; redistribuição das funções entre os recursos críticos de TI (ex.: servidores); utilização de localidade alternativa de processamento.
- Plano de Restauração - medidas que visam recuperar os padrões normais de operação no menor tempo possível.

Adicionalmente, desenvolver, estabelecer e divulgar Políticas e Normas responsáveis por definir procedimentos, funções e atribuições de pessoal envolvido nas atividades de geração, retenção e administração de cópias de segurança (backups).

Comentários da Gerência

De acordo com a Diretoria de Departamento de Tecnologia de Informação, os planos já foram desenvolvidos visando atender as exigências do plano Sarbox.

21. PARAMÊTRO DE SENHA DE REDE EM DESACORDO COM A POLÍTICA DE SEGURANÇA

Comentários

Identificamos que um dos parâmetros estabelecidos, responsável por determinar características de complexidade das senhas de acesso ao ambiente de rede corporativo, encontra-se em desacordo com a Política de Segurança das Informações. Para detalhamento da divergência verificada, vide tabela abaixo:

<u>Parâmetro</u>	<u>Valor verificado</u>	<u>Valor definido por meio da Política de Segurança das Informações</u>
Complexidade	Desabilitada	Formação de senhas contendo números, letras e/ou caracteres especiais.

Adicionalmente, identificamos outros parâmetros definidos pela Política de Segurança de Informações os quais deveriam ser modificados para que a Companhia possa obter o nível de segurança compatível com as melhores práticas de mercado.

<u>Parâmetro</u>	<u>Valor verificado</u>	<u>Valor definido orientado pelas melhores práticas de mercado</u>
Manutenção do Histórico	Duas (2) últimas senhas	Cinco (5) últimas senhas
Bloqueio de Conta	Após três (3) tentativas inválidas e desbloqueio automático depois de decorridos quinze (15) minutos	Após a execução de três (3) tentativas inválidas, com desbloqueio realizado apenas por administradores da Área de Informática.

Risco

- Perda de informações críticas em função da possibilidade de ocorrência de acesso não autorizado ao sistema em decorrência de tentativas sucessivas de acesso ou do estabelecimento de senhas de baixo nível de segurança (baixa complexidade).

Recomendações

Estabelecer como parâmetro para senhas do ambiente de rede corporativo, no que se refere ao critério “complexidade”, a obrigatoriedade de uso de senhas complexas.

Adicionalmente, avaliar a realização de atualizações na Política de Segurança adotada, de forma que esta estabeleça parâmetros de segurança para senhas em conformidade com as melhores práticas de mercado atualmente vigentes.

Comentários da Gerência

As senhas de rede são suportadas por um documento corporativo e é praticada deste outubro de 2005 atendendo a política de segurança.

22. EXISTÊNCIA DE USUÁRIOS AFASTADOS COM DIREITOS DE ACESSO AO SAP R/3

Comentários

Em nossas análises foram identificados usuários de recursos de tecnologia de informações com direitos de acesso ativos, os quais apresentavam-se afastados de suas atribuições na Companhia. A relação contendo as informações detalhadas sobre as exceções verificadas por ser obtida abaixo:

- Dois (2) funcionários afastados da Companhia com acesso ativo ao ambiente de produção do SAP R/3:

<u>Nome</u>	<u>Matrícula do Usuário</u>	<u>Cargo</u>	<u>Data de Afastamento</u>
Ruy de Freitas Correa	108449	Técnico de Operação Ferroviária	16/06/2004
Roberto Costa Conti	119040	Inspetor Geral de Tração	26/10/2004

Risco

- Acesso indevido aos dados e funções dos sistemas, em decorrência da utilização dos usuários oriundos de funcionários desligados ou afastados.
- Impossibilidade de identificação do responsável pelos acessos indevidos aos sistemas e a rede corporativa.

Recomendação

Rever as permissões de acesso concedidas, eliminando os direitos de acesso de funcionários afastados da Companhia.

Avaliar a possibilidade de implementação de recursos tecnológicos automatizados voltados para o bloqueio de acesso a funcionalidades do Sistema SAP R/3 para funcionários desligados ou afastados da Companhia (Exemplo: Envio de e-mail automático para a Área de TI, gerado a partir da troca de status do funcionário no Sistema de RH, de ativo para o status de desligado e / ou afastado).

Comentário da Gerência

Diariamente é enviada para a área de informática relação do pessoal demitido para bloqueio de acesso as funcionalidades do sistema SAP R3. Desde novembro de 2005 essa rotina é praticada.